

Alternativa à mediocridade

LUCIANO COUTINHO

Depois de relativa escassez em janeiro, tem sido verdadeiramente espetacular o ingresso de capitais em fevereiro. Atraídos pelo elevado diferencial de taxa de juros, os capitais externos acumularam um saldo líquido de US\$ 2,8 bilhões na primeira quinzena deste mês. Com isso, as reservas de divisas brasileiras poderão se elevar entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4,0 bilhões no primeiro bimestre.

A crise asiática parece estar amainando e o bem-sucedido lançamento de eurobônus brasileiros nesta semana sinalizaria um retorno mais rápido e pleno aos mercados financeiros. Além disso, o déficit comercial está se reduzindo, conforme a sazonalidade. Confirmado, este quadro permitiria uma trajetória mais expedita de redução das taxas de juros nos próximos meses, criando-se uma sensação de desafogo e de minimização dos problemas.

É difícil a agenda de desafios a serem enfrentados em 1998. Pela ordem: 1) reverter e reduzir significativamente o déficit em transações correntes; 2) acelerar a redução do déficit público; 3) enfrentar o agravamento do desemprego; 4) manter sob controle as expectativas a respeito da política cambial.

O grande problema reside na dificuldade de conciliar o enfrentamento simultâneo desses desafios. Vejamos. Uma substancial redução do déficit exter-

no no ano em curso, idealmente para um número próximo a US\$ 27 bilhões (lembramos que em 1997 o déficit totalizou US\$ 33,8 bilhões), seria indispensável para tirar o Brasil da rota da vulnerabilidade externa e desbloquear o caminho para o desenvolvimento sustentável.

A obtenção de um resultado bem mais favorável na conta comercial poderia ser alcançado pela via de uma recessão prolongada. Essa opção é, porém, evidentemente incompatível com os demais objetivos enumerados —além de agravar a situação do desemprego, impediria qualquer melhora no déficit público e seria eleitoralmente desastrosa para FHC.

Descartada essa via recessionista sobriariam duas possibilidades: 1) seguir uma postura conciliatória, que temporizaria com os déficits externo e interno; 2) adotar uma posição audaciosa no campo da política industrial e de comércio exterior visando uma substancial diminuição do déficit em transações correntes.

Em face da incompressibilidade do déficit em serviços, a obtenção dessa melhoria dependeria de uma espetacular reviravolta na conta comercial. Seria necessário zerar o déficit do nosso comércio exterior em 1998, depois de se ter registrado um balanço negativo de US\$ 8,5 bilhões em 1997. Para chegar ao equilíbrio comercial ainda neste ano seria necessário que as exportações crescessem pelo menos

10% e que as importações fossem reduzidas em 5% —um resultado sem dúvida difícil e não alcançável sem uma política ativa de comércio exterior.

Isso implicaria algum desgaste externo —atritos com os países desenvolvidos e com a OMC, mas estes podem ser administrados. Formas incisivas de controle do dumping externo, como vêm sendo propostas pelo ministro Francisco Dornelles (e.g. eleva-

ção temporária de tarifas no Mercosul e aplicação flexível de salvaguardas), adoção de quotas setoriais, aperfeiçoamento do monitoramento dos preços, qualidade e fidedignidade das importações (combate ao "importabando"), seriam indispensáveis para conter as compras externas em 1998.

Paralelamente, a promoção firme e ativa das exportações (políticas setoriais, crédito e fi-

nanciamento competitivos, reposição da carga fiscal indevida, investimentos dirigidos em infra-estrutura) e a substituição eficiente de importações deveriam merecer a máxima prioridade da política governamental.

A adoção de uma política industrial e de comércio exterior coordenada e agressiva promete um bônus elevado. Desde logo, seria possível à economia crescer mais, tornando mais fácil en-

frentar as questões do desemprego e do déficit público. Com um crescimento mais rápido em 1998 e 1999 (i.e. próximo a 5% a.a.) seriam também mais otimistas as perspectivas a respeito dos investimentos.

Sob um clima de melhoria das expectativas, propiciado pela redução da vulnerabilidade externa, pela queda mais rápida dos juros e pelos melhores resultados fiscais, seria muito mais fácil implementar, mais adiante, um ajustamento da taxa de câmbio para um patamar mais competitivo que reforçasse a solidez do balanço de pagamentos e viabilizasse o crescimento acelerado.

Seria, portanto, lamentável se o governo se mantivesse numa posição tibia e contemporizadora. Ela resulta em crescimento modesto, redução parcial do déficit comercial e difícil conciliação com os demais objetivos. É uma opção medíocre e que acumulará desgastes recorrentes: a) ao manter os juros em lenta queda requererá um pacote fiscal adicional para melhorar as contas públicas; b) não conterà o aumento expressivo do desemprego, exigindo ações compensatórias de eficácia duvidosa; c) não removerá as desconfianças quanto à taxa de câmbio, pois a continuidade de um déficit elevado tornará muito difícil a melhoria da qualidade dos financiamentos externos.

Luciano Coutinho, 50, é professor titular do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia (1985-88).

